

ongresso
o na
O entulho
maior
ESTADO DE SÃO PAULO

MAURO CHAVES



Se fôssemos elaborar um rol dos vícios mais arraigados da classe política brasileira e dos que exercem o poder público em nosso país, colocaríamos no topo da lista a mania da comunicação compulsória, oficial, pela qual se expropria o tempo dos veículos de comunicação para impingir propaganda política direta ou disfarçada aos cidadãos. O vício tem sua origem no Estado Novo, com a criação da *Hora do Brasil*, que, até hoje, com a única mudança da palavra "hora" para "voz", nos obriga a ouvir pelo rádio, todo dia útil, uma porção de coisas inúteis — e em péssimo português.

O governo Sarney suplantou todos os governos (juntos) da ditadura militar em capacidade de convocar redes nacionais de rádio e televisão para transmitir legítimas abobrinhas. Os generais-presidentes não ousavam abusar tanto da paciência e inteligência do público. Os ministros de Sarney, imitando o chefe, também dejaram e rolaram, com seus inúteis e, às vezes, ridículos pronunciamentos em rede nacional, visando a exclusiva promoção pessoal. Com o advento do "horário gratuito", filho dileto da famigerada Lei Faíçao, os telespectadores e ouvintes brasileiros foram violentamente desapropriados de preciosas horas de informação e lazer, no horário nobre dos veículos.

Se não bastasse a programação política gratuita enfiada goela adentro do público, em doses cavalares, durante as campanhas eleitorais, permanecem os programas transmitidos periodicamente pelos partidos em cadeia nacional (e horário nobre), fora dos tempos de eleição — o que se torna exagero insuportavelmente maior, em razão de nosso superpluripartidarismo.

Se tudo isso não bastasse, vem agora um deputado, o peemedebista José Tavares, apresentar projeto de lei que determina a criação de um programa diário de dez minutos, em horário nobre do rádio e da televisão — e, ob-

viamente, em cadeia nacional —, para a divulgação dos trabalhos do Congresso. Ora, todo o mundo sabe que aquilo que fazem os senhores deputados federais e senadores da República é bastante divulgado pelos veículos de comunicação, pois estes precisam, vivem de notícias. O que a imprensa e os veículos de comunicação em geral não divulgaram, a respeito de "trabalhos" do Congresso, com certeza não ocorreu ou não teve o mínimo de interesse público. Tal é o caso, por exemplo, de um discurso laudatório feito por algum parlamentar em homenagem a um ilustre desconhecido a quem pretende tributar favores, ou outros pronunciamentos sobre assuntos insignificantes, paroquiais, de finalidade exclusivamente eleitora — assuntos esses que preenchem, diga-se de passagem, quase todo o tempo da *Voz do Brasil*.

Para a criação de mais esse mecanismo de comunicação oficial compulsória, utiliza-se o falacioso argumento da necessidade de "defesa da instituição" — como se fosse necessário **defender** da opinião pública, portanto, da sociedade, uma instituição fundamental da própria sociedade! Por trás dessa justificativa, no entanto, está a espúria intenção de se instituir um novo "horário gratuito" de propaganda eleitoral disfarçada, em benefício exclusivo dos parlamentares federais que vão enfrentar a dura tentativa de reeleição em outubro. Seria um novo "horário gratuito" permanente, a atravessar o ano inteiro, sonegando diariamente, a ouvintes e telespectadores, mais momentos de informação, cultura ou lazer.

Trata-se, no fundo, de mais uma "reserva de mercado" que está para ser imposta, em benefício de determinados grupos, que parecem só contar com os privilégios emanados do "espírito de corporação" para a própria sobrevivência. Não se faz democracia desse jeito, nem aqui nem na República dos Camarões. É tempo de as novas forças políticas que comandarão o País se pronunciarem contra os gritantes abusos da comunicação oficial compulsória, entulho maior do autoritarismo que permanece entre nós e tanto nos diferencia das democracias civilizadas.

Cadeia de rádio e TV é compulsória e permanece entre nós